

A natureza do escorpião

Lino Sobrinho Buambua*

Não me recordo mais se pertence à tradição oral africana ou brasileira uma belíssima fábula que diz assim: certo dia, um escorpião precisou atravessar um rio e, de repente, apareceu um hipopótamo a quem pediu carona. Num determinado trecho do rio, o hipopótamo precisou descansar, gesto de que o escorpião não gostou, dando uma ferroada ao hipopótamo. Envenenado, o hipopótamo, antes de morrer, disse ao escorpião: "Tu também vais morrer afogado." Ao que o escorpião retrucou, dizendo: "Nada posso fazer, eu fui feito assim e essa é a minha natureza."

Muitas interpretações podem ser feitas a partir dessa fábula, mas uma única me parece pertinente. Vejamos o contexto filosófico do relacionamento entre a África e o Ocidente.

O estágio atual do mundo, tal como o conhecemos — com as suas graças e desgraças —, não é, em grande parte, resultado do mero acaso e sim de um planejamento arquitetado estrategicamente pelo Ocidente, consubstanciado na visão arguta dos seus cientistas, filósofos, políticos, engenheiros, inovadores, administradores, economistas e empresários, tanto contemporâneos como de séculos precedentes.

Mas propriamente, no que tange à África, a necessidade de a Europa estabelecer bases de apoio na região, durante a sua trilha rumo à Índia na busca

de especiarias, levou à descoberta de povos então habitantes do continente africano, em sociedades bem-organizadas, segundo padrões muito diferentes dos europeus, padrões esses isentos, portanto, de julgamentos fúteis e simplistas de inferiores e superiores.

Hoje, passados cinco séculos de quando ocorreu o encontro entre povos europeus e africanos, o fato é que o Ocidente criou estrategicamente um relacionamento permeado pela subserviência e submissão dos africanos, que são usados de todas as formas para a multiplicação das riquezas do capitalismo. O continente africano sempre exerceu um nobre papel no provimento do conforto material e no bem-estar das sociedades ricas, desde o fornecimento da mão-de-obra escrava para as culturas da cana-de-açúcar, café e mineração até atualmente com o fornecimento de valiosos recursos naturais quase gratuitamente, pois os preços de vários metais, petróleo e outros produtos tropicais exportados pelos países africanos vêm decaindo no mercado internacional, há várias décadas.

Nota-se, por outro lado, que a instabilidade política, a fome, as guerras previsíveis, e a indigência do povo africano são de assaz interesse para o Ocidente, já que a manutenção e a exacerbção dos privilégios e desigualdades oferecidas pelo atual sistema econômi-

co, político e social mundial me parecem ser a verdadeira natureza do Ocidente.

O que é necessário — e mais importante para a África — é ter consciência e criar capacidade para não apenas entender, dialogar e negociar firmes, sobretudo, como nos ensina Maquiavel, saber dizer sim e não. Por isso, é preciso ter recursos humanos extremamente treinados e especializados em todos os setores vitais da sociedade, pois, a exemplo da metáfora acima, só com uma mente bem-preparada o hipopótamo compreenderia e, quiçá, escaparia da natureza (venenosa) do pequeno escorpião.

*Geólogo angolano, pós-graduando na Unicamp.

Aos colaboradores

Notícias Africanas aceita colaboração de estudantes africanos, mas não se responsabiliza pelas opiniões emitidas. As matérias devem conter no máximo três laudas ou 90 linhas com 70 caracteres em cada linha e eventualmente sofrerão adaptações aos padrões editoriais da publicação.

Cabo Verde quer mais intercâmbio com a UEL

A NOTÍCIA, JULHO/95 (UNIV. EST. LONDRINA - UEL)

Cabo Verde é hoje um portão de entrada comercial para a África. O país importa do Brasil uma grande quantidade de milho, arroz, frutas, café verde e açúcar além de produtos industrializados como bebidas, leite pasteurizado, leite em pó, margarina, farinha, leite, extrato de tomate, frutas cristalizadas, massena, frango congelado, sabonete, cremes, shampoos entre outros.

Mas o país quer mesmo é intensificar o intercâmbio cultural/educacional com o Brasil visando a formação universitária de seus estudantes. Quem garante é o Cônsul Geral de Cabo Verde, engenheiro Aginaldo Rocha que esteve com o reitor Jackson Proença Testa no último dia 8 a convite do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos. "A nossa política de educação é muito sensível e o governo investe senão na educação, disse o cônsul. Para ele não há economia ou cultura que prospere se

não houver uma educação eficiente.

Cabo Verde é um país que teve colonização portuguesa, e sua língua oficial é a portuguesa. O país completa agora 20 anos de independência. Segundo o cônsul, por ser um país jovem recebe muita ajuda de fora, especialmente em alimentos. "Uma cota dessa ajuda em alimentos foi alocada para a educação através de acordos com os países", explica. O Brasil, segundo ele, é um grande parceiro na área de educação. "Nós temos aproximadamente 500 estudantes cabo-verdeanos se formando em educação superior no Brasil. Em contrapartida temos 14 professores de PUC/SP lecionando em Cabo Verde", exemplifica.

O cônsul garante que os estudantes de Cabo Verde são de muito bom nível e que estão preparados para enfrentar as universidades brasileiras.

ACORDO DE COOPERAÇÃO

Na UEL existem 3 estudantes cabo-verdeanos (nas áreas de Administração e Comunicação/Relações Públicas). Nessa visita ao reitor Jackson Testa, o cônsul propôs formalizar um acordo de cooperação em que seja intensificado o intercâmbio acadêmico entre a UEL e a Universidade de Cabo Verde - em processo de estruturação. "Nos propomos uma auto-estrada de duas vias: os estudantes de Cabo Verde vêm estudar aqui e os professores daqui vão dar aulas lá". Segundo o cônsul, o governo de Cabo Verde vai oferecer ao professor todos os benefícios devidos e um padrão internacional de remuneração.

O cônsul chama a atenção para a importância de uma Universidade formar estudantes de fora. "Esse estudante certamente será tratado com destaque no seu país de origem e se esse país tiver que comprar máquinas por exemplo de um outro país, logicamente

vai procurar um país que seja conhecido e que represente uma garantia", disse.

Juntamente com o cônsul esteve também na reitoria Belucio Belucio, coordenador de projetos do Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Cândido Mendes (RJ), entidade mantenedora entre Cabo Verde e as universidades brasileiras. Segundo Belucio, Cabo Verde é o maior parceiro brasileiro em intercâmbios acadêmicos. "Queremos intensificar esses intercâmbios porque a realidade do interior do Brasil é mais próxima da realidade cabo-verdeana do que os grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro". Nesse sentido, Londrina se encaixa perfeitamente nessa rota de intercâmbios, e a UEL oferece todas as condições para isso.

Participaram também da reunião na reitoria o diretor do CESA, Mauro Ticanelli, e o coordenador da CAE, Orlando Abdo.

(Chico Yvel)

São Tomé: o golpe dos desesperados

Fracassada a intentona, resta resolver a grave crise social do país

NICOLE GUARDIOLA

PARA o nível nacional e internacional, torna-se cada vez mais claro que o golpe militar falhou em São Tomé e Príncipe, após ter sido anunciada a libertação do Presidente Miguel Trovoada, que já se encontra em casa. O único refém dos revoltosos disse que «está bem e sem problemas» e que falara «na altura própria». A decisão dos golpistas surgiu quando não lhes restava outra alternativa. Aparentemente as negociações em curso ontem à noite diziam respeito a uma amnistia para os seus actos.

Resta agora encontrar uma saída honrosa para todos sem transigir em matéria de legalidade democrática e essa é precisamente a tarefa atribuída ao chefe da diplomacia angolana, Venâncio de Moura, chegado às primeiras horas da manhã de ontem a São Tomé.

De acordo com Brito e Gata, secretário de Estado português da Cooperação, a simonia entre Lisboa e Luanda foi total, tendo sido determinantes as rápidas tomadas de posição destes dois parceiros privilegiados de São Tomé, que condenaram o golpe sem fechar a porta a uma solução negociada.

Esta atitude foi apoiada pelos Estados Unidos e pela União Europeia, enquanto o Gabão e a França optaram por uma posição mais radical, considerando Miguel Trovoada o único representante da legitimidade democrática e apelando ao bloqueio «como no Haiti», segundo comunicados divulgados.

A ira da tropa

Quando, na madrugada de terça-feira, os alferes Manuel Quintas de Almeida e Fernando de Sousa Ponte («Craque») se uniram por Justino Lima, Orlando e José

Maria foram buscar o Presidente Miguel Trovoada (mantendo um dos seus guarda-costas) para o levar para o quartel-general das Forças Armadas são-tomenses não podiam imaginar que estavam a ir longe demais ao anunciar ao país a dissolução de todos os órgãos de poder.

A identidade e as patentes dos cinco ou seis membros da «Comissão Militar de Salvação Nacional» permanecem obscuras. O nome que se tornou mais conhecido é o do subtenente Manuel Quintas de Almeida que pertenceu à direcção da juventude do MLSTP e a Casa Militar do ex-Presidente Pinto da Costa. Quanto às idades dos três «mais velhos» — Almeida, Ponte e Lima — as avaliações oscilam entre «30 e muitos anos» e «30 e poucos».

Enquanto em São Tomé e em Lisboa fervilhavam rumores sobre uma eventual manipulação dos militares

por alguma força política (sem outro fundamento que a estafada fórmula policial que aconselha procurar a quem aproveita o crime) ficou rapidamente claro que o alvo principal da ira dos revoltosos era o Presidente Trovoada. Comandante Supremo das Forças Armadas por inerência, Trovoada era tido pelos militares como principal responsável pelas péssimas condições de vida nos quartéis e da pobreza franciscana dos oficiais, «com uma só camisa para vestir e as solas das botas gastas por tantos quilómetros percorridos a pé por não terem carros à disposição como os deputados e membros do Governo», conforme descreveu um são-tomense.

Salvação Nacional

Na quinta-feira já era evidente o fracasso da intentona e a última mensagem de Almeida à nação foi

um adeus carregado de avisos à classe política, que recusou em bloco, com maior ou menor determinação, toda e qualquer fórmula de colaboração com os militares. Ontem, a situação parecia encaminhar-se para a formação de um governo de unidade nacional, solução preconizada pelo actual primeiro-ministro Carlos Graça desde as eleições de Outubro do ano passado em que o MLSTP-PSD venceu por maioria relativa. A solução foi inviabilizada pelo Partido da Convergência Democrática/Grupo de Reflexão, liderado pelo ex-primeiro-ministro Norberto da Costa Alegre e por João Bonfim.

Mas a restauração da ordem constitucional está longe de significar o fim da crise. Em casa onde falta pão todos ralham e ninguém tem razão e a população são-tomense alheou-se das peripécias do golpe. Mas também ninguém se lembrou de a mobilizar em defesa da democracia, em grande parte devido ao descrédito que abrange a to-

talidade de uma classe dirigente cujo passatempo preferido é a maledicência e a intriga.

Em declarações ao EXPRESSO, Carlos Graça admitiu partilhar muitas das preocupações expressas pelos militares quanto à necessidade de restaurar a disciplina e a autoridade do Estado e de pôr cobro à corrupção. «São estas as travessuras do programa do Governo. Mas a disciplina das Forças Armadas e a credibilidade externa das instituições são condições primordiais para repôr o país em ordem».

O primeiro-ministro considerou desnecessária a antecipação das eleições presidenciais previstas para Fevereiro. Declarou-se aberto à negociação com todos os partidos e sectores da sociedade civil tendo por objectivo encontrar a melhor forma de dar estabilidade política, económica e social a São Tomé. «Com o apoio dos nossos principais parceiros que são Portugal, Angola e a União Europeia», acrescentou.



EXPRESSO, 19.8.95

DESTAQUE

Um país (in)viável

EXPRESSO, 19.8.95

O GOLPE de Estado de 15 de Agosto em S. Tomé em muitos aspectos assemelhou-se a uma «trovoada num copo de água», como não podia deixar de ser num micropaís de pouco mais de cem mil habitantes, cujas forças armadas não excedem os 500 efectivos e que figura entre os mais pobres do mundo. O golpe, que surgiu na sequência de uma fase de agitação social aguda, obriga a colocar três perguntas fundamentais.

A primeira questão é a da viabilidade de S. Tomé e Príncipe como Estado independente.

Desde as negociações para a independência, em Julho de 1975, que essa viabilidade foi posta em causa pelo vizinho Gabão, o qual considera o pequeno arquipélago, a menos de 200 quilómetros da sua costa, como um prolongamento geográfico do seu próprio território.

A segunda questão é a da estabilidade política de um país cuja população não viu as suas condições de vida melhorarem com a independência, nem com o advento da democracia em 1990.

nem com o regresso ao poder do antigo partido único reconvertido à social-democracia. O que explica a sucessão de golpes palacianos e intencionais desde a prisão e exílio do primeiro chefe de Governo, Miguel Trovoada, em 1979, e a abstenção de cerca de metade do eleitorado nas legislativas (anticipadas) de Outubro passado.

A terceira questão é a das ajudas externas. O FMI e o Banco Mundial têm revelado uma total inépcia e falta de seriedade nas negociações com S. Tomé, regateando e atrasando o desbloqueamento de uma modesta verba de 3,2 milhões de dólares, cerca de meio milhão de contos. Como termo de comparação, basta dizer que Portugal irá despendê-lo anualmente uma verba idêntica na gestão dos hospitais Agostinho Neto e Aires de Menezes e da rede de saúde pública. O objectivo desta ajuda portuguesa é voltar a erradicar o paludismo, a principal causa de mortalidade em S. Tomé e o maior obstáculo ao desenvolvimento do turismo, uma potencial fonte de riqueza que nunca foi devidamente explorada.

NG

DIAMANTES E DROGA

EXPRESSO, 19.8.95

'Lavagem' de dinheiro em Angola

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

MAIS de 150 milhões de dólares (mais de 20 milhões de contos), numa avaliação que peca por defeito, terão sido movimentados este ano em operações de «lavagem» de dinheiro através de negócios cruzados provenientes do narcotráfico e do contrabando de diamantes, envolvendo supostamente algumas casas de câmbio em Luanda como elos da cadeia, apurou o EXPRESSO junto de uma fonte do Banco Nacional de Angola (BNA). Nestas operações, que até à assinatura do protocolo de Lusaka, em 20 de Novembro do ano passado, fugiam ao controlo das autoridades oficiais, estarão envolvidos, segundo a mesma fonte, brasileiros, sul-africanos, nigerianos, malianos e angolanos que, com a conivência de alguns sectores intermédios do Poder, têm feito da zona diamantífera da Lunda escala obrigatória para a «conversão» de droga em diamantes.

Pretória e Rio de Janeiro são neste momento as escalas directas mais utilizadas pelos narcotraficantes para fazer chegar a droga a Angola. «Angola é um eldorado para os 'lavadores' de dinheiro, por ser

um paraíso fiscal, estar em absoluta desordem financeira e, ainda por cima, lhes conceder absoluta impunidade judicial», disse ao EXPRESSO um diplomata ocidental. A este tipo de negócios junta-se, de acordo com outra fonte das Finanças, a realização, a nível bancário, daquilo que se designa por «transferência sem dispêndio de divisas», com a importação de mercadorias que em alguns casos nem sequer chega a Angola.

O envolvimento de algumas casas de câmbio de Luanda na intermediação deste negócio e a detecção desta rede, poderá segundo uma alto funcionário da Polícia Judiciária angolana, ter estado na origem directa da decisão do BNA de mandar encerrar algumas dessas casas de câmbio, «por incumprimento das disposições legais para o exercício da sua actividade». Os proprietários alegam, no entanto, que têm toda a documentação em dia e que estão a ser alvo de chantagem por parte de alguns funcionários do BNA que, segundo dizem, congelam intencionalmente os processos à espera de uma «comissão» para emitirem o despacho final.

Certo, porém, é que o Governo acaba de apurar que parte dos proprietários

Continua na pág. 3 ►

Prosseguem as negociações em São Tomé, sob mediação angolana

Amnistiá, ou algo mais?

PÚBLICO, 20 8 95

A AMNISTIA dos militares revoltosos era ontem o ponto central das negociações de restabelecimento da ordem constitucional em São Tomé e Príncipe. Mas os jovens oficiais golpistas tentavam ainda obter algo mais, insistindo no esvaziamento das competências militares e políticas do Presidente. O golpe foi derrotado, mas o poder ainda não foi formalmente devolvido aos órgãos democráticos.

Fontes próximas das negociações dizem que a situação está a "evoluir lentamente" e que as negociações deverão prosseguir até amanhã. Por outro lado, Miguel Trovoada terá manifestado o desejo de que a equipa de mediação seja alargada, compreendendo os restantes PALOP e ainda o Gabão.

Note-se que a Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique manifestaram a vontade de participar na mediação, mas Luanda terá imposto a sua iniciativa nesta primeira fase, admitindo que só numa segunda houvesse uma diligência conjunta. Por outro lado, o Gabão, representante da África francófona, manifestou desde o início da crise um inequívoco apoio a Trovoada, no que foi sustentado pela França. Em São Tomé, o "exclusivo" angolano parece ser do agrado sobretudo dos dirigentes do MLSTP, que preferem resolver a crise "em família".

O dia de ontem foi pontuado

por sucessivas reuniões. A equipa de mediação angolana, chefiada pelo ministro das Relações Externas Venâncio de Moura, esteve reunida com a mesa da Assembleia Nacional, que integra elementos dos três partidos parlamentares, um representante do Presidente, o seu chefe de gabinete Gabriel Costa, e outro do Governo, o ministro dos Estrangeiros Posser da Costa.

Houve depois um encontro de Venâncio de Moura com o embaixador português, António Franco, a que esteve presente o embaixador de Angola.

Também Miguel Trovoada esteve reunido com a delegação dos militares, chefiada pelo subtenente Almeida, e com os mediadores. O encontro ocorreu na actual residência do Presidente, ainda guardada a vista pelos militares.

Os golpistas insistem sobretudo em duas das suas reivindicações: uma amnistia, assegurada pela mediação e votada pela Assembleia Nacional, e uma alteração constitucional que restrinja os poderes presidenciais. As outras reivindicações, sobre a redução da administração pública ou a depuração dos corruptos têm apenas um valor moral e simbólico.

O primeiro ponto, a amnistia, parece ser o preço do compromisso, pelo menos para a mediação. O próprio Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, o

deu a entender no Brasil, na conferência de imprensa, no Rio de Janeiro: será preciso "encontrar uma solução humanitária para os que tentaram tomar o poder pela força", disse.

O segundo ponto é de mais difícil negociação. Os golpistas pretendem reduzir os poderes presidenciais em dois aspectos específicos. Primeiro, retirar ao Presidente, comandante supremo das Forças Armadas, a tutela do exército. Desejariam que fossem os órgãos de defesa e segurança a designar o ministro da Defesa. E reivindicam, paralelamente, uma reestruturação das Forças Armadas, completada por uma série de promoções.

No aspecto político, desejariam que fosse retirada ao Presidente a competência para nomear o primeiro-ministro. Note-se que, nos dias que precederam o golpe, havia rumores de que Trovoada poderia estar a preparar a queda do governo de Carlos Graça (MLSTP).

Neste cenário, muito vai depender da atitude do Presidente Trovoada. Primeiro, e altamente improvável, que ele aceite esvaziar o seu cargo, depois dos golpistas terem ficado isolados. Mas mesmo que o

compromisso final se limite, como é provável, a amnistia, a situação não deixará de ser complicada.

Como vai Trovoada exercer as funções de comandante das Forças Armadas que o tentaram derrubar? Como vai continuar a ser guardado por militares que encabeçaram uma rebelião contra ele dirigida?

Cumprimentos

Na noite de sexta-feira, após a sua libertação, Miguel Trovoada apareceu cansado e maclento, mas com bom humor. Disse que não tinha podido, naturalmente, jogar ténis e que tinha emagrecido.

Ontem, foi um dia de homenagens. De manhã, recebeu o primeiro-ministro, Carlos Graça, o presidente da Assembleia, Francisco Fortunato Pires (que chegou a ser indigitado pelos militares para lhe suceder), e o presidente do Supremo Tribunal, que lhe foram apresentar cumprimentos. E antes do almoço recebeu ainda os líderes dos dois partidos que mais o apoiaram nesta crise, ADI e CODÓ.

Conceição Lima, em São Tomé

Deputados reúnem-se para analisar amnistia

PÚBLICO, 20 8 95

A MEDIAÇÃO angolana e as várias instituições são-tomenses esforçavam-se ontem para conseguir um rápido acordo que reponha a plena legalidade democrática. O problema era o "como" e a questão da amnistia.

Segundo a Presidência e o Governo, a legalidade deve ser primeiro reposta e só depois discutida a amnistia dos militares revoltosos. Segundo estes, a decisão deveria ser simultânea. Por outro lado, o representante do Presidente Miguel Trovoada nas negociações, o seu director de gabinete Gabriel Costa, insistiu em que não pode haver "uma impunidade total" para os golpistas, dada a "gravidade excepcional" da sua acção.

Ao fim da tarde, a Assembleia Nacional preparava-se para se reunir em sessão plenária, a primeira desde o golpe de 15 de Agosto, admitindo-se que os deputados viessem a debater a questão da amnistia. A volta do

edifício do parlamento via-se um excepcional serviço de segurança, organizado pessoalmente pelo subtenente Quintas de Almeida, a cabeça do golpe militar.

O ambiente era de expectativa e de relativo optimismo. O próprio subtenente Almeida declarou ao PÚBLICO que a solução do impasse poderia estar para muito breve.

No domingo à noite decorreu a primeira reunião plenária negocial, marcada por um choque entre a mediação angolana e os militares.

O ministro angolano Venâncio de Moura sublinhou na abertura dos trabalhos (reunindo Presidência, Governo, militares e mediação) que "os acontecimentos de 15 de Agosto" não só foram um acto contra o "processo democrático" como "chocaram os próprios filhos deste país africano", frase que terá irritado

Continua na pág. 4

Continuação da pág. anterior

'Lavagem' de dinheiro em Angola

► destas casas de câmbio, que chegam a ter um movimento superior ao dos bancos comerciais, retêm o dinheiro arrecadado nas suas operações e, em lugar de o depositar, trocam-o em divisas no mercado paralelo, convertendo-o posteriormente em diamantes. Em parte também devido ao descrédito do sistema bancário, que não dispõe de divisas para venda livre no mercado, nem garante o levantamento dos kuanzas depositados. Para alguns peritos do BNA, esta «fuga» poderá ser uma das causas acrescidas da onda inflacionista que está a tornar incontrolável o mercado, no ponto de poucos acreditarem que a inflação em Angola até final do ano não ultrapasse os 1000 por cento.

O mais grave para a economia angolana é que, ao subindo das operações de «lavagem» de dinheiro, já não é suposto serem apenas os agentes ligados às casas de câmbio a determinar o nível da «bolsa de valores». Agora, segundo disse no

EXPRESSO um inspector das Finanças, estas operações estão envolvidas também agentes do Estado ligados, por um lado, aos bancos comerciais e, por outro, aos postos de combustíveis e de matriças de totobola, cujas receitas, em vez de serem depositadas no banco, estão a ser igualmente comercializadas em divisas no mercado paralelo para posterior transferência para o exterior. Alguns funcionários do Sonangol estarão mesmo a congelar os montantes arrecadados com a venda de combustíveis, sob o pretexto de que os bancos não vão bancar o dinheiro para o depositar... Esta situação poderá levar ao encerramento de alguns postos de abastecimento de combustíveis, mas há quem admita que a rede já está disstrinada por outras empresas estatais, que, na actual conjuntura económico-financeira do país, para sobreviverem, ou trocam as suas receitas em divisas no mercado paralelo ou correm o risco de ir à falência.

Mediação faz contraproposta

PÚBLICO, 21 8 95

A EQUIPA de mediação angolana apresentou ontem aos militares autores do golpe de estado de 15 de Agosto em São Tomé e Príncipe uma contraproposta em seis pontos, que eles estão "a estudar", cujo conteúdo não foi tornado público. Enquanto Miguel Trovoada pensa que o pleno restabelecimento da legalidade e uma questão de tempo e paciência, os oficiais golpistas aumentaram a pressão para obter a amnistia.

Ontem estava previsto mais um encontro entre a "comissão militar" e a equipa de mediação, chefiada por Venâncio de Moura, ministro angolano das Relações Exteriores, da qual deveria sair uma decisão de natureza processual. O Presidente e o Governo não querem negociar directamente com os golpistas, en-

quanto estes desejaram a realização de sucessivas reuniões bilaterais (com mediação, Governo e Presidência). É possível que se opte por reuniões gerais, com todas as partes.

No cerne das discussões continua o problema da amnistia, que para os militares é a questão vital. Ao contrário, a Presidência e o Governo mostram-se relutantes em pensar uma esplanada sobre os acontecimentos, defendendo a responsabilização criminal dos autores do golpe.

De resto, as outras reivindicações dos militares, designadamente a da limitação dos poderes presidenciais, não deverão ser agora negociadas, a não ser num plano muito genérico. São questões da competência da Assembleia Nacional. Quando muito poderão ser objecto de uma vaga declaração de princípios.

Sentindo-se isolados, os oficiais da "comissão militar" fizeram uma manobra de "contra-

ataque", endurecendo as suas posições. Numa conferência de imprensa na noite de sábado, reiteraram as suas denúncias sobre a corrupção e a delapidação de bens públicos, acusando de práticas de "inconstitucionalidade" os órgãos destituídos no golpe de 15 de Agosto.

Convidado a comentar a afirmação de um dos golpistas, o subtenente Fernando da Ponte, "Craque", a uma televisão portuguesa, segundo a qual Miguel Trovoada continuava a ser o Presidente de São Tomé e Príncipe, o líder do golpe, subtenente Quintas de Almeida, acabou por usar a expressão de "Presidente destituído".

Trovoada paciente

Por seu lado, Miguel Trovoada continua a aguardar pacientemente o regresso à plenitude das suas funções. Na sua opinião, isso é uma mera questão de tempo.

Nas suas próprias palavras, está numa situação de "liberdade limitada". Não quer prestar declarações públicas por isso mesmo. Mas recebe pessoas, troca impressões e atende os telefonemas. Ao receber as pessoas diz sentir-se "constrangido", com a casa "em pantanas", depois de sua mulher ter sido forçada a mudar precipitadamente os haveres da família do palácio para a residência do governo onde foram instalados.

Mas uma coisa garante: só se vai mudar para o palácio quando tudo estiver resolvido. E vai deixar de lá habitar. Porquê? Porque os golpistas justificaram a diferença de tratamento entre ele e o primeiro-ministro (ele detido no quartel-general e Carlos Graça em detenção domiciliária) com o argumento de que ele não tinha habitação privada. ■

Conceição Lima, em São Tomé

Crise de São Tomé chega ao fim

PÚBLICO, 22 8 95

A CRISE em São Tomé e Príncipe teve ontem o seu desfecho, quando a Assembleia Nacional aprovou por unanimidade um decreto-lei amnistiando os militares envolvidos no golpe de Estado de 15 de Agosto, após estes terem restituído formalmente o poder aos órgãos de soberania legítimos.

A reunião da Assembleia estava marcada para as 15 horas, mas só começou quase cinco horas depois. A volta do edifício do Parlamento os militares organizaram um impressionante dispositivo "de segurança", aparentemente chefiado pelo próprio subtenente Quintas de Almeida, líder do golpe militar, o que foi interpretado por

alguns observadores como uma forma de pressão sobre os deputados. Mas a sessão só começou quando, por exigência dos poderes destituídos, os militares declararam formalmente admitir a reposição da legalidade constitucional. Tanto o Presidente da República como o Governo tinham colocado como condição para discutir a questão da amnistia dos golpistas a reposição prévia dos poderes legais. Os militares afirmavam que a devolução dos poderes e a amnistia deveriam ser declaradas em simultâneo.

Durante a tarde, os militares reuniram-se e fizeram a declaração que devolve o poder aos órgãos

destituídos. Não a assinaram, mas entregaram-no ao mediador, Venâncio de Moura, que funcionou como fiel depositário.

Logo a seguir, a Assembleia reuniu-se e aprovou o decreto-lei que concede amnistia aos militares no que respeita aos actos relacionados com os acontecimentos de 15 de Agosto. O documento foi também entregue ao mediador.

Além destes dois documentos — o decreto-lei da Amnistia e a declaração de reposição da legalidade —, um terceiro foi aprovado pelo conjunto dos órgãos de soberania: o Memorando de Entendimento. Neste documento, os vá-

rios órgãos do Estado, incluindo o Governo, comprometem-se a tomar medidas para cumprir a agenda de seis pontos que tinha sido apresentada pelos militares à equipa de mediação.

A exigência do ponto 1 dessa agenda, que se referia a um "estatuto especial" para os oficiais e sargentos que participaram no golpe, ficou satisfeita com o decreto-lei da Amnistia.

Quanto aos outros pontos mais polémicos, chegou-se a acordos de princípio mas sem que os militares tivessem conseguido levar avante as suas exigências. O que visava uma reforma constitucional que incluísse a destituição do Presidente da República das suas competências militares ficou com a discussão adiada, pois uma revisão constitucional só pode ser efectuada pela Assembleia Nacional na plenitude dos seus poderes. Quanto à exigência de que o ministro da Defesa fosse escolhido ou aprovado pelas Forças Armadas, foi aceite, com uma "nuance" que a esvazia de consequências: "No respeito pela Constituição." Ora a Constituição determina que só o Presidente tem competência para escolher o ministro da Defesa.

Fontes dos militares e da Assembleia garantiram ao PÚBLICO que ninguém iria para casa até tudo ficar resolvido, nem que a sessão durasse toda a madrugada. Por decidir poderá ter ficado apenas o destino dos golpistas no seio das Forças Armadas. Mas os observadores admitem que o Presidente Trovoada não poderá deixar de os afastar dos postos de comando que ocupam. ■

Conceição Lima, em São Tomé

Continuação da pág. anterior

Deputados reúnem-se para analisar amnistia

particularmente a delegação militar — que chegou a abandonar a sala.

Moura assinalou o papel pioneiro e exemplar de São Tomé na democratização de África, a "forma pacífica e harmoniosa" como o processo decorreu e se tornou "um cartão de visita, um cartão de ouro para a imagem do vosso país". O que o golpe veio pôr em causa. E explicitou a sua vontade de encontrar uma saída de consenso, com "garantias para todos".

A delegação militar, composta pelo subtenente Almeida, pelos tenentes Marçal Lima e António Tati e ainda pelo aspirante Armindo Silva, abandonou a reunião, tendo sido ouvidas palavras de desagrado e ameaças ve-

ladas. "Se for preciso Trovoada volta para o quartel-general e os ministros são presos", ameaçou um dos oficiais.

Mas, na avaliação de Venâncio de Moura e dos políticos santomenses, este é um simples desabafo. Moura assumiu uma posição categórica. Terá até dito aos militares de que se as coisas não avançassem ele faria as malas e iria embora.

Ontem de manhã Moura voltou a qualificar o golpe como um "acto reprovável pela comunidade internacional e pela consciência universal", independentemente das motivações dos seus autores. E considerou "emocional" a reacção dos jovens oficiais domingo à noite.

Ontem de manhã, o primei-

ro-ministro Carlos Graça, na qualidade de secretário-geral do MLSTP/PSD (no poder), deu uma conferência de imprensa, em que procurou desfazer os "rumores" de que o seu partido teria tentado tirar proveito do golpe, dizendo que tal seria "irracional", depois de ter conduzido o processo de democratização do país. Enalteceu a liberdade e a democracia como valores fundamentais. E lembrou as condições "difícilísimas" em que retomou o Governo no Outono passado.

Quanto às negociações em curso, mostrou-se optimista, defendendo a necessidade dum "consenso alargado" e um governo de unidade nacional, uma habitual proposta do seu partido. ■

Conceição Lima, em São Tomé

Porque não a adjacência?

NOVO JORNAL, 23 8 95

Há certas coisas que se pensam com alguma frequência, se dizem bem barxinho poucas vezes, e raramente se confessam abertamente. Vou tratar de uma delas, assumindo o risco de desencadear paixões nacionalistas, talvez poucas ou nenhuma razão cogitantes.

Ossoduro de roer que pode mesmo partir-me os dentes, mas vou os a isso, quero saber se é melhor ou pior que venha à liza com a mesma seriedade de espírito e lealdade com que o faço. Julgo ser insuspeito para falar no assunto tabu, pela minha cabo-verdeidade comprovada e empenhamento intrínseco na era pré e post-independência, além de ter perdido medo de Congoim "das-há na monde".

No artigo "Adjacência versus independência?" dei a minha opinião, sem simulações nem eufemismos, relativamente ao assunto, reportando-me a uma afirmação (desmenuda) atribuída ao ex-presidente da República Aristides Pereira: defendia a dupla nacionalidade e considerava, e ainda considera, a independência absolutamente inelutável e necessária nessa época, avançando até que necessitávamos dessa auto-determinação como forma e meio de nos libertarmos do complexo colonial. Actualmente o complexo colonial pertence à História e sentimo-nos iguais a outros países e povos e fomos capazes de afirmar as nossas capacidades e identidade; construímos uma nação melhor do que muitos que dispunham de outros recursos que a nós faltavam. Além disso a independência veio restituir-nos, ou melhor, reforçar a nossa dignidade como povo.

Todavia, a evolução do mundo, nesse lapso de tempo, após a nossa independência, encaminhou-se para sistema de blocos económicos herméticos e a parte que nós cabe, a África, está longe de nos proporcionar os meios para um desenvolvimento sustido. A África está cada vez mais complicada, desorganizada e carente de apoios externos e de responsabilização das suas elites intelectuais e dirigentes, além dos problemas étnicos, que desconhecemos, pelo que, se nos atrelarmos a ela, teríamos de nos nivelar por baixo

e absorver os elementos marginais que só nos podem trazer mais miséria e vícios. Outros sim, as nossas culturas diferem um tanto pela simples razão de sermos um povo miscigenado negro e europeu de longa data e estivemos separados dele (continente africano) durante muito tempo por imperativos da política do governo fascista português. A nossa miscigenação e cultura aproximam-nos, quase biologicamente da América Latina — que teve miscigenação semelhante — e da Europa do Sul; não ou muito pouco da África, sem com isso, obviamente, querer insinuar nenhuma superioridade; simples diferença cultural, como o Japonês é diferente do Americano e do Chinês.

Somos e fomos sempre um povo de emigração pela contingência climática, recursos naturais quase nulos e prolificidade da população. A nossa primeira emigração fez-se, embora em pequeno número no início, para os EUA, nós baleeiros que aportavam a Cabo Verde em demanda de água, frescos e para renovação da tripulação, no século XVIII; a seguir para Costa d'África (como se dizia), por imposição (os chamados contratados), e de quadros administrativos, em virtude de termos sido a primeira colónia a dispôr de ensino secundário e primário qualificado; nas outras colónias eram os missionários que asseguravam o ensino primário dos autóctones e, somente se estes adoptassem a condição infame de assimilados — que era burocraticamente difícil, cara e implicava a negação da identidade da pessoa — é que poderiam seguir o ensino primário oficial e secundário. Em Cabo Verde não nos submeteram a essa discriminação até porque os europeus de gema e negros eram poucos e a colónia foi deixada quase à sua sina por ter pouco a explorar. Os quadros cabo-verdeianos que foram ocupar os quadros administrativos das outras colónias tinham o quinto ou o sétimo ano liceais e a grande maioria não dispunha de meios para prosseguir os estudos em Portugal (dado que o sistema de bolsa de estudo começou com a luta de libertação das colónias).

Na década de sessenta houve uma nova vaga de emigrantes para Portugal, de mão-de-obra, para colmatar a brecha no mercado do trabalho com a guerra colonial, e, também, para outros países, como a Holanda, Fran-

ça e Itália.

Dizia que a evolução dos países em blocos herméticos e a realidade da emigração cabo-verdeiana para os países europeus criaram novos problemas que a exiguidade dos nossos recursos naturais não consegue resolver até porque temos vivido sobretudo da solidariedade internacional e esta tender a diminuir ou desaparecer das outras necessidades dos doadores, isto é, dos irmãos da Europa de Leste após o desmoronamento da União Soviética e da resolução dos seus problemas de desemprego.

Li, segundo me parece, que rever a nossa estratégia existencial como povo com a sua identidade sui generis de imbricação mais europeia (ou, se se quiser, mais universal) do que africana. Seria interessante e urgente o estudo da possibilidade da nossa adjacência a Portugal à semelhança dos Açores e Madeira que, também, conservaram a sua identidade e particularidades e um grau aceitável de autonomia dentro do actual Estado português. A adjacência entendida como se passa, presentemente, nessas ilhas em nada beliscaria os nossos sentimentos nacionais, havendo mesmo outros exemplos semelhantes de territórios no Índico, Pacífico e Caríbus associados à França e Grã Bretanha sem desonra para os seus nacionais. As vantagens seriam múltiplas e mútuas porque a nós poria a coberto a nossa diáspora e eventuais emigrantes, além do benefício da Comunidade Europeia, e Portugal disporia de uma plataforma na Costa Africana para a sua política económica e não só; o nosso número diminuto de população não criaria problemas da parte dos parceiros europeus de Portugal. Seria como que um regresso à casa paterna (a nossa mãe continuaria a ser Cabo Verde) de um filho que se emancipou e viveu a sua vida e se decidiu, em defesa dos seus interesses e dos do pai, a co-habitar com este no mesmo prédio mas em andar diferente, com visitas, apoios e arranjos mútuos. Esta nova condição não deveria modificar muito as nossas relações vitais acordadas, de interesse recíproco, com a África e que pertencemos geograficamente e pela componente étnica negra.

Admito poder estar a laborar em erro mas, pessoalmente, preferia ser adjacente a Portugal a vasadouro de

Continua na pág. 6

Presidente Miguel Trovoada fez o balanço do golpe em São Tomé e Príncipe

“Eu já era um assunto arrumado”

PÚBLICO, 23 8 95

Conexão Lima,
em São Tomé

O Presidente Miguel Trovoada regressou ao palácio presidencial, o governo foi reinstalado, a legalidade reposta. Os golpistas voltam aos quartéis, mas amnistiados e pouco convencidos. Ao fim de uma semana, terminou o golpe militar em São Tomé, mas persistem as interrogações.

O Presidente Miguel Trovoada fez ontem um amargo balanço do golpe militar de 15 de Agosto, insinuando que por trás do

golpe se escondiam autores intelectuais. Instado várias vezes a precisar as suspeitas, estabeleceu analogias entre a sua detenção em 1979, que visou a sua “liquidação política”, e esta última detenção, que associou à proximidade das eleições presidenciais.

Numa conferência de imprensa realizada às 17h30 locais (19h30 em Lisboa), Trovoada disse que o golpe apresentou características muito curiosas, uma das quais foi o facto de se ter dirigido, única e exclusivamente, contra o Presidente. Refutou responsabilidades quanto às causas apresentadas pelos militares para justificar o golpe, salientando que o chefe de Estado não intervém na gestão financeira e operativa das forças armadas. Recordou que ele próprio tem denunciado sucessivas vezes a indisciplina que grassa na sociedade e que tem pugnado por um combate sem tréguas à corrupção. Defendeu-se dizendo que tem competência para legislar sobre a matéria e que não é responsável pela degradação das condições de vida da população.

Trovoada classificou o golpe como um acontecimento de extrema gravidade cujas consequências, a curto e médio prazo, serão incalculáveis. “Os militares que, ao receber as armas, jura-

ram defender o povo usaram estas armas contra a legalidade democrática, escrevendo a página mais sombria dos 20 anos de independência”.

O Presidente manifestou o desejo de que a promulgação da amnistia ponha um ponto final a tudo o que aconteceu. Disse que não foi fisicamente castigado, mas que esteve sujeito a uma intensa pressão psicológica. Contou que, quando os militares assaltaram o palácio na madrugada do dia 15, ameaçaram fazer explodir a ala residencial onde estava a viver a sua família se ele não os acompanhasse.

Trovoada indicou que pretende afastar a sua guarda pessoal das Forças Armadas, mas desmentiu indicações de fontes militares segundo as quais os seus representantes às negociações defenderam a ideia de ele vir a ter guarda-costas estrangeiros. Hoje, o palácio presidencial continua a ser vigiado por elementos das Forças Armadas, mas Trovoada quer alterar esta situação rapidamente.

Carlos Graça
posto em causa

Trovoada confessou ter estranhado as declarações do pri-

meiro-ministro Carlos Graça a uma rádio portuguesa, 48 horas após o golpe, em que se dispunha a chefiar um governo de unidade nacional integrando militares e civis. Carlos Graça explicou depois ao Presidente que “tudo foi fruto de um mal-entendido” e que nunca proferira tais declarações. “Provavelmente eu próprio entendi mal”, observou Trovoada.

O Presidente agradeceu as manifestações de apoio de que tem sido alvo, com referências directas ao Gabão, a Portugal e, particularmente, a Angola, cuja acção viabilizou uma solução consensual. Prisioneiro uma vez mais que não estava disposto a partir para um terceiro exílio. O primeiro foi durante o período colonial, e o segundo em 1981 após dois anos de detenção sem culpa formada.

Quando lhe perguntaram se associava o ex-Presidente Pinto da Costa ao golpe, respondeu que uma tal afirmação seria excessiva. Sobre as “démarches” encetadas pelo ex-Presidente durante a crise, referiu que Pinto da Costa conhece muito bem os meios militares, graças à experiência adquirida ao longo de 15 anos.

Continua na pág. 7

Continuação da pág. anterior

Porque não a adjacência?

todas as espécies de malandros que já não conseguem fazer vida na África continental, que a nossa morabeza aceita sem displicência.

Deixo aqui, com toda a sinceridade, as minhas reflexões mas, evidentemente, “o povo é quem mais ordena”. Se a possibilidade for viável (conhecer previamente o que Portugal pensa dessa possibilidade) há que fazer um referendado em devida forma, precedido das mais amplas e livres informações e garantias. Penso, actualmente, ser mais viável esta hipótese do que a dupla nacionalidade, já que o primeiro regime, segundo consta, a recusou inexplicável e criminalmente. É certo que a dupla nacionalidade confortaria melhor o nosso brio nacionalista: certo, porém, que no contexto actual da Comunidade Económica Europeia e em

provável por nada darmos em troca.

Dizia o nosso grande Djunga Fotógrafo (João Clófas Maurina), que “adjacência fica na casa mas sante de casa não faz milagre”, mas isso foi no tempo em que até os Portugueses se envergonhavam de o ser, tal a ruindade do Governo fascista. Eles, também, se libertaram do complexo fascista criado pelo longo reino do Estado Novo de Salazar. Se engolimos a pátria amarga “Unidade Guiné-Cabo Verde” com sérios enganos, sem que ninguém tivesse sido capaz de a explicar abertamente — uma estratégia da Luta de Libertação que nenhum benefício nos trouxe no pós-independência — por que não encarar uma outra estratégia mais pragmática — a da adjacência — cujo interesse é mais

cegos vêem? Outros patriotas de antanho a defenderam, sem sucesso, e, antes do início da Guerra de Libertação, houve tentativas de Cabral e de outros líderes da Luta de Libertação com o governo Português tendentes a encontrar uma solução e outra condição para não a independência. Somente esgotadas as tentativas e face à recusa de Salazar e o ínfimo da Luta, que significou imensos sacrifícios e mortes é que se chegou a uma total sem retorno, o da independência total.

Ter em conta que de entre todas as ex-colónias portuguesas somos a única que podemos fazer esta pretensão.

Arsénio Fermão de Brito

Continuação da pág. anterior

“Eu já era um assunto arrumado”

Pinto da Costa contactou as várias partes envolvidas na crise mas não se encontrou com Trovoada. Explicou o Presidente: “O problema é que, para muita gente, eu não era uma parte envolvida na crise, eu já era um assunto arrumado”.

A revolução da crise consumou-se ontem de madrugada. Um “memorando de entendimento” foi assinado às 4h30 locais, pelas autoridades civis, pelas militares e pelo mediador angolano, Venâncio de Moura, e testemunhado pelo embaixador português António Franco. A aplicação das cláusulas deste protocolo de conciliação serão fiscalizadas transitoriamente pela mediação angolana.

Venâncio de Moura homenageou “o bom senso e o patriotismo” de todas as partes, convidando Trovoada a exercer as suas funções “sem reservas” e os militares “a trabalhar para defesa do povo e do governo”. Agradeceu o apoio de Portugal, da França e do Gabão, da ONU e da União Europeia, a quem apelou para o reatamento imediato da ajuda económica ao arquipélago.

“Assinámos um documento pelo qual não haverá nem perseguições, nem julgamentos, nem medidas disciplinares contra nós”, disse a uma rádio um dos membros da “comissão militar”, tenente Marçal de Lima.

Na segunda-feira à noite, a Assembleia Nacional cederá a uma exigência fundamental dos militares, votando uma amnistia para os autores do golpe. O projecto de lei foi aprovado por unanimidade pelos 36 deputados presentes na sessão (não compareceram 19), concedendo um perdão a todos os que participaram no golpe, mas sublinhando que ele violou a ordem constitucional do país.

Os militares devolveram o

poder às instituições legítimas, mas marcaram alguns pontos que lhes “salvam a face”. Não conseguiram, como era esperado, retirar a chefia das Forças Armadas ao Presidente, mas obtiveram a promessa de satisfação de algumas das suas reivindicações relativas à orgânica militar e aumento de salários.

O balanço dos acontecimentos fica por fazer. São Tomé vai ver acrescentada à sua dramática situação económica e social, um quadro institucional extremamente confuso. A legalidade foi reposta, mas será garantida por militares que se rebelaram contra ela e que até ao fim da crise repetiram as acusações aos políticos com que justificaram os seus actos.

Longa madrugada

“Enquanto não tivermos em mãos a lei promulgada por ele, as viaturas vão permanecer aqui no quartel-general”. “Ele” era Miguel Trovoada, Presidente da República e comandante supremo das Forças Armadas, que uma semana depois do golpe militar regressava ao palácio do povo para reassumir as suas funções. Seriam aproximadamente 11 horas e os militares aguardavam impacientes uma cópia da lei da amnistia que os deputados haviam aprovado na noite anterior.

O vermelho rubro do jipe pessoal do Presidente destacava-se no parque automóvel do quartel-general das Forças Armadas para onde haviam sido transferidas na manhã do golpe todas as viaturas do palácio. O ar de descontentamento das recrutas e praças contrastava com o cansaço e a impaciência evidentes nos rostos de alguns graduados, designadamente do líder operacional do golpe. O subtenente de artilharia Manuel Quintas de Almeida não era o único a acusar no semblante as marcas de se-

te noites mal dormidas.

A espera do texto da amnistia provocava alguma nervosismo, mas o fundo do problema era outro, aqueles jovens fardados não confiavam no poder civil e os sinais desta desconfiança perduravam mesmo depois da assinatura do memorando de entendimento. Prova disso é que os abraços e apertos de mão, constrandamente trocados sob o olhar cansado mas aliviado do mediador angolano, não cobriram o negociador militar de dizer, no fim das negociações, que “o estado de prontidão seria mantido até que a lei de amnistia fosse promulgada”.

As garantias conferidas pela amnistia, as peripécias do golpe e as “malfeitorias” do poder civil “várias vezes por nós advertido” estavam a ser explicadas pelo subtenente Almeida ao PÚBLICO, no seu modesto gabinete, quando foi interrompido pela enésima vez para decidir se “os carros da presidência saiam ou não porque os rapazes queriam ver primeiro o texto promulgado”.

Manuel Quintas de Almeida, o homem que entrou para a história de São Tomé e Príncipe ao dar rosto e voz ao movimento militar de 15 de Agosto, disse num tom conclusivo: “Eu assumo a responsabilidade”. E os carros foram saindo rumo ao palácio do povo. Por volta das 13 horas, ao terem conhecimento de que a lei estava promulgada, os militares suspenderam imediatamente as declarações à imprensa. Nas ruas as fardas começavam a rarear, contrastando com o aparato da véspera, que atingiu o auge quando o pa-

lácio dos congressos foi completamente cercado, no momento em que os deputados se preparavam para votar a amnistia.

As movimentações foram tão espectaculares que Miguel Trovoada solicitou a intervenção do embaixador português para, junto da comissão militar, saber o que se estava a passar.

A sessão plenária fora convocada para as 15 horas, mas o tempo ia passando e a reunião não começava. Os deputados debruçavam-se sobre a varanda, iam e vinham, trocavam impressões com os jornalistas. O projecto de lei que circulava nos corredores levou horas a ser reformulado e só foi votado quando já passava das 19h00. Antes, os militares haviam depositado nas mãos do mediador a declaração da reposição da legalidade — sem assinaturas — não fosse o diabo tecê-las.

Os deputados levaram menos de meia hora a aprovar a lei que garante que os golpistas não serão alvo de procedimento criminal. Estava aberto o caminho para o último acto de uma autêntica maratona negociada.

“Isto já não são negociações, é a câmara do suplício”. Afável e sorridente, embora visivelmente cansado, o mediador Venâncio de Moura gracejava e pedia paciência aos jornalistas nas suas apressadas passagens pelo corredor. Pelo semblante dos militares tentava-se perceber o clima reinante à mesa das negociações. O tempo passava. “Só mais 20 minutos”, repetia o general Kopelica, da equipa de mediação. Passava das quatro da manhã. A televisão oficial, instruída para prolongar a sua emissão, ia no terceiro filme consecutivo quando Venâncio de Moura começou: “Tenho o prazer de anunciar à comunidade internacional...”

UNITA muda delegação em Lisboa e admite falar com PCP

PÚBLICO, 24.8.95

O NOVO responsável das relações exteriores da UNITA, Alcides Sakala, admitiu ontem, no Porto, que “não seria má ideia” debater com o PCP o futuro de Angola. A realização de um hipotético encontro com o PCP — inédito, até agora — poderia acontecer, disse Sakala ao PÚBLICO, “desde que o partido apoiasse claramente o processo de paz angolan-

lano”. Apesar desta declaração de intenção, Carlos Carvalhas ficará de fora do périplo europeu iniciado pelo representante do Galo Negro em Bruxelas. Sakala reuniu-se antontem com o líder do PP, Manuel Monteiro, e espera agora uma resposta ao pedido de audiências com o PS e o PSD.

Hoje mesmo, o dirigente da Unita reúne-se com Mário Soares

e com o ministro dos Negócios Estrangeiros. Os contactos dos representantes do movimento de Jonas Savimbi em Portugal destinam-se, sobretudo, à apresentação pública do novo representante em Lisboa. Isaac Uambembe substituiu Adalberto da Costa Júnior, que vai para Nova Iorque.

Ontem mesmo, aqueles três dirigentes reuniram-se no Porto

com o advogado António Vilar, destacado membro do “lobby” nortenha pró-UNITA. O escritório de Vilar está, aliás, a preparar um guia para todos os investidores interessados em se estabelecerem em Angola. Vilar — que é também responsável da Fundação Afro-Lusitana — acredita que “o investimento português em Angola é o outro nome da paz”. • A.L.

Bilinguismo ou multilinguismo?

NOVO JORNAL, 23 8 95

1. O LANÇAMENTO de *Introdução à Gramática*, da autoria do investigador Manuel Veiga, coincidiu com as celebrações 20 aniversário da independência política de Cabo Verde, e o acto teve lugar numa das salas da magnífica Assembleia Nacional (Popular), obra marcante da cooperação sino-cabo-verdiana. É evidente o carácter simbólico do acto. Uma gramática é uma obra fundamental de qualquer língua. Tratando-se da língua cabo-verdiana, que se convencionou chamar língua crioula e crioulos os seus falantes, a importância do estudo de Manuel Veiga reveste-se ainda de maior importância para a comunidade nacional cabo-verdiana, com repercussões além fronteiras. Com efeito, se por um lado, com tal obra substancial na história da nossa língua, Manuel Veiga conseguiu materializar uma velha aspiração de elementos de várias gerações de cabo-verdianos, por outro veio silenciar a voz dos detractores que, ao considerarem o Crioulo uma "língua de trapos", pretendiam que ela era desprovida de gramática. Os defensores da língua cabo-verdiana, tal Pedro Cardoso sabiam que se tratava de um preconceito colonial veiculado até por cabo-verdianos domesticados. Só que a esses pioneiros faltava a prepara-

ção adequada para tal empreendimento e a outros faltou a vontade política necessária no ambiente colonial. Na condições da independência coube a Manuel Veiga efectuar esse trabalho ingente que culminou com a publicação do livro e seu lançamento no dia 3 de Julho de 1995.

1.2. Viva a língua cabo-verdiana, foi a palavra de ordem veiculada pela UPICV no pós-25 de Abril a fim de mobilizar as populações de Cabo Verde na luta pela independência total. Fazer da língua cabo-verdiana língua oficial a par do português, pelo menos, foi sempre uma exigência fundamental do nacionalismo. Por razões que só os dirigentes históricos do PAIGC/PAICV poderão explicar não aconteceu na I República Nacionalista, um acto dessa natureza não se podia esperar dos governos da II República chefiados por Carlos Veiga. A publicação do estudo de Manuel Veiga representa um passo importante no sentido da oficialização da língua cabo-verdiana. Disso — e apraz-me sublinhá-lo — o próprio autor de *Introdução à Gramática* tem plena consciência, pois nas "Considerações prévias", entre os contributos da sua obra, ele inclui a "oficialização do Crioulo". Assim se pronunciou um técnico de

nível internacional. Quando é que seremos nós os primeiros a valorizar os nossos intelectuais? Cabe agora a palavra aos partidos políticos, à opinião pública e aos governantes a quem será confiado o destino do país nas próximas eleições. Mas qualquer política linguística em Cabo Verde deverá ter em conta as circunstâncias históricas que de nós fizeram um país de emigração, com comunidades radicadas em diversos países, designadamente nos de línguas inglesa, portuguesa e francesa. Privilegiar qualquer delas é uma política errada. O multilinguismo parece-nos a política mais consentânea com essa nossa situação no mundo. E teria ainda a vantagem de criar as condições para o diálogo entre os falantes do inglês e do francês na CEDEAO. Seria castrante qualquer outra política.

1.3. Merece nossa homenagem em vida, e não póstuma, o romancista incompreendido de *Odju d' Agu*, o primeiro romance em língua cabo-verdiana, e que nos brindou agora com a primeira gramática da nossa língua. Nas pegadas do popular "Catchás", Manuel Veiga fez também obra criadora de raiz popular.

A brejeirice de certas candidaturas independentes

NOVO JORNAL, 23 8 95

AS CANDIDATURAS independentes, em outras paragens, têm sido a forma salutar do exercício político, facto, aliás, com que se congratulam os autores do conceito "políticos independentes".

Porém, não assim em Cabo Verde. Entre nós, já se assiste ao recurso desenfreado à prática de tal conceito, aliás, "importado de fora", e por isso plagiado, cuja recepção interna no País jamais é precedida de qualquer período de reflexão, de amadurecimento ou de gestação, pelo que o conceito em apreço, também face à sua

subserviente aplicação, na íntegra, sofre natural adulteração de forma a pôr-se em causa o jogo democrático.

É a conclusão a que se chega, logicamente, quando, absurdamente, aparecem cidadãos que, colocados na alternativa de vencer ou morrer, se mascaram de independentes políticos às eleições autárquicas que se avizinham, eles que pública e notoriamente são serventias úteis e necessárias aos seus partidos, pelo que daqui se suscitam pertinentes interrogações, quais sejam:

Será que a democracia, parado-

xalmente, contém em si os germes da própria destruição? Ou tudo são defeitos geridos pelas próprias virtudes da democracia? Ou não será a ausência absoluta da aprendizagem política num regime democrático?

Sejam quais forem as respostas às interrogações suscitadas, não há dúvida, com tal atitude, tais "independentes políticos", em constantes golpes de teatro, pretendem "branquear" votos arrancados à custa de processos cavilosos o que, em boa

Continua na pág. 9

Calendário eleitoral

PAICV quer primeiro as autárquicas

NOVO JORNAL, 23.8.95

"A posição de fundo do PAICV é que as eleições autárquicas devem ser marcadas em primeiro lugar, em seguida as legislativas e em último lugar as presidenciais". Este é o posicionamento desse partido tornado público ontem, terça-feira, durante uma conferência de imprensa concedida pelo membro da Comissão Política, Húdio Cruz.

Segundo o dirigente do PAICV, esta sequência decorre primariamente de imperativos constitucionais e legais visto que, enquanto o mandato dos órgãos autárquicos termina a 17 de Dezembro de 1995, a Constituição e a lei permitem que as eleições legislativas se realizem até 7 de Janeiro do próximo ano, devendo as presidenciais ter lugar entre 11 e 26 de Fevereiro de 1996.

Por isso, o PAICV, pela imparcialidade que atribui ao processo eleitoral e pelo facto de julgar que se trata de uma matéria que exige um amplo consenso entre todos os sujeitos políticos, considera que as

autárquicas não deverão ser adiantadas, devendo a serem realizadas num período que não ultrapasse o mandato dos respectivos órgãos autárquicos a 17 de Dezembro.

Para o membro da Comissão Política do PAICV, qualquer eventual decisão em contrário — frustrando a intenção do legislador transmissor das leis da República, com manifesto prejuízo para o interesse legal.

Por outro lado, considerou o político que se deve afastar a eventual hipótese de realização simultânea das autárquicas e legislativas, tendo em conta razões políticas ponderosas e de interesse geral, assim como a própria racionalidade do sistema jurídico-constitucional vigente.

Nesse contexto, sublinha Húdio Cruz, o legislador, ao prever o mandato de quatro anos para os órgãos autárquicos e de cinco para as legislativas, quis vinciar a diferente natureza e âmbito das duas eleições e não que elas coincidissent.

Para além disso, afirma o membro do PAICV, razões políticas ponderosas aconselham a separação clara dos processos, de forma a permitir aos sujeitos políticos e grupos de cidadãos apresentarem da melhor forma os seus candidatos e propostas de programa, bem como permitir ao eleitorado escolher em consciência os candidatos e as pro-

postas em que melhor se sentam representados.

Por essas razões de fundo, tendo em conta a necessidade dos sujeitos políticos disporem do tempo suficiente para se prepararem para as eleições, diz Húdio Cruz, o PAICV considera que os órgãos do Estado, com particulares responsabilidades nesse processo, "deverão, com maior brevidade possível, acordar, ouvindo os partidos políticos, o calendário das eleições, o qual deverá traduzir o mais amplo consenso".

Instado se o PAICV tem marcado algum encontro com o governo a respeito das eleições autárquicas e legislativas, Húdio Cruz disse que na segunda-feira se encontraram com o ministro da Presidência e Conselho de Ministros, Mário Silva, mas que este "não avançou qualquer proposta do governo".

Entretanto, o PAICV entende que a eventual hipótese de o governo vir a marcar simultaneamente as eleições legislativas e as autárquicas não obedeceria ao interesse regional, porque, por um lado, "o eleitorado teria graves dificuldades em compreender e separar as propostas dos partidos políticos para as eleições legislativas e também para as eleições autárquicas e, por outro, as propostas dos grupos de cidadãos".

Rádios privadas em Angola sob o tecto do MPLA

PÚBLICO, 23.8.95

CO: a Rádio Comercial de Cabinda, Angola passou a contar com a quarta emissora privada em FM, das seis inicialmente previstas pelo Governo de Luanda, na sua anunciada abertura do sector. A verdade, porém, e que, tal como as precedentes — Luanda Antena Comercial (LAC), Rádio Morena, no Lobito, e Rádio Comercial do Lubango, na Huíla —, ela resulta também da iniciativa de meios ligados ao MPLA. Os mesmos, afinal, que prepararam já caminho para o lançamento de um canal de televisão privado, no prazo de um ano. Para o pacote das rádios — um custo avaliado em cinco milhões de dólares —, além do patrocínio governamental, contaram sobremaneira os fundos da Facocex, a empresa estatal espanhola de financiamentos externos. Após a realização das primeiras eleições, há três anos, a criação destas estações foi a resposta antecipada do MPLA para o preenchimento do espaço que existia no país no domínio da comunicação social. Para além da rádio da UNITA, a Vorgan, havia apenas uma única emissora, a estatal Rádio Nacional de Angola, razão que explica o prestígio que rapidamente as novas rádios ganharam, mais escutadas devido à sua orientação mais liberal. Controladas embora, a margem de manobra de que dispõem distancia-as, até em termos profissionais, da Rádio Nacional de Angola e da Vorgan. A primeira faz parte — com a televisão estatal e a agência de notícias Angop — do "triângulo de ferro" da propaganda do regime do MPLA, enquanto a Vorgan, que continua a emitir à revelia do protocolo de Lusaca, mantém o duelo, nas ondas hertzianas, de contra-informação que a UNITA sustenta há 20 anos com Luanda. Ao mais baixo nível e sob o controlo mais férreo em ambos os casos. "Aqui na Angop funcionamos como na tropa. A mais pequena crítica ao Governo paga-se caro", comentou um velho jornalista da casa. Entre as sanções mais frequentes, prática frequente nos demais órgãos de informação, figuram a não promoção a cargos de chefia e o afastamento na cobertura de visitas oficiais de membros da nomenclatura ao estrangeiro, uma autêntica instituição de compra de favores instituída há duas décadas pelo MPLA. No caso da UNITA o preço chega a ser mais caro: a própria vida. ■

Angola reminada

PÚBLICO, 24.8.95

O NOVO coordenador da ajuda humanitária a Angola, Peter Simkin, denunciou ontem que algumas áreas do país já desminadas "estão de novo a ser minadas". Nestes termos, disse Simkin numa conferência de imprensa em Luanda, "não serve para nada a ajuda que a comunidade internacional dá à desminagem". Não revelou no entanto qual das partes está a enterrar minas. Entretanto, o representante do secretário-geral da ONU, Alioume Blondin Beye, deslocou-se ontem de novo ao Baiundo para discutir com Jonas Savimbi a situação militar no país e as dificuldades em cumprir os prazos previstos para o aquartelamento das tropas da UNITA. Este processo, que também envolve os "ninjas" (policia governamental antinotím), já tem dois meses de atraso em relação ao acordado em Lusaca. ■

Continuação da pág. anterior

A brejeirice de certas candidaturas independentes

verdade, denuncia a prática de artes de malafarismo político.

A atitude, ora denunciada, é uma opção que se compreende, todavia não se justifica, nem se aceita. É que a superioridade moral da democracia não se compadece com tais artimanhas políticas —, ela que reclama e exige claros comportamentos éticos e atitudes morais, com vista ao seu aperfeiçoamento.

Diríamos que, por caminhos invios e mal trilhados, os "candidatos independentes" às Câmaras Municipais chegam à espantosa conclusão de que para eles a democracia não passa de um mito aldrabado, recheado de palavras que mascaram ou caricaturam a nossa

realidade no seu quotidiano —, atitude, aliás, sempre doentia, porque choca consciências que reclamam da parte de tais "candidatos independentes" a necessária postura cívica como forma de fazer política.

Os "candidatos independentes" às eleições autárquicas já se perfilam na arena política. E o que se prevê é preocupante, porque tais atitudes surpreendem-nos e fazem-nos desconfiar. É que o destino das autárquicas locais jamais nos "pode ser alheito, nem o nosso lhes pode ser estranho". Daí a importância que atribuímos às eleições autárquicas que, por isso, reclamam transparência nos actos, afirmando-se-nos pertinente — lembrar

aqui EDGAR MORIN: "se os políticos ignorarem a ética e a moral, a democracia está em perigo".

Não cabe neste pequeno artigo analisar as consequências múltiplas, complexas e perversas de certas candidaturas independentes às eleições autárquicas, mas julgamos oportuno invocar a necessidade no sentido de tão importante matéria vir a ser objecto, antes de tais eleições, de amplo debate sobre as suas implicações na vida política do País, sem o qual todas as candidaturas independentes (com inclusão das pretensamente sérias) continuam a ser apoiadas de autênticas brejeirices políticas.

UNITA em Portugal A estreia de Uambembe

PÚBLICO, 24.8.95

ISAAC UAMBEMBE, que vai substituir Adalberto da Costa Júnior na chefia da delegação da UNITA em Lisboa, foi ontem recebido pelo Presidente da República e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros.

Com Uambembe estiveram em Belém e nas Necessidades o responsável pelas relações exteriores do movimento do Galo Negro, Alcides Sakala, e Adalberto da Costa Júnior, que deixa o lugar de número um da delegação em Lisboa para assumir funções de representação em Nova Iorque.

Para além da apresenta-

ção formal do novo representante da UNITA em Portugal, os encontros de ontem serviram para um ponto de situação sobre o processo de paz em Angola, tendo Alcides Sakala exposto o seu ponto de vista sobre os resultados da recente cimeira de Francheville.

A visita de Sakala, que pretende aproveitar a sua passagem por Lisboa para uma série de outros contactos com partidos políticos e outras instituições interessadas na situação angolana, insere-se num périplo que inclui diversas capitais na África Austral e na Europa. ■



Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. WE ASK FOR EXCHANGE.

Lisboa e Luanda em uníssono

PÚBLICO, 24.8.95

ALGUÉM tinha de adoptar as posições mais duras. Nos meios diplomáticos portugueses, é assim que se explicam — e refutam categoricamente — as insinuações dos militares golpistas sobre alegadas divergências entre Lisboa e a mediação angolana na crise de São Tomé.

Fontes diplomáticas garantiram ontem ao PÚBLICO que desde a primeira hora se estabeleceu uma estreita articulação entre a mediação coordenada pelo ministro angolano Venâncio de Moura e o embaixador português António Franco. Mais livre das cautelas inerentes à posição dos mediadores formais, o representante português teria adoptado posições mais firmes face aos militares revoltosos. Daí, segundo esta interpretação, as alegações de divergências entre Lisboa e Luanda.

Os militares saotomenses teriam reagido mal à insistência de António Franco para se avistar com o Presidente Trovoada, por exemplo, ou à interdição do uso do Aviocar português que assegura a ligação à ilha do Príncipe.

A articulação entre os mediadores angolanos e os diplomatas portugueses foi ontem confirmada pelo próprio Venâncio de Moura aos microfones da RDP.

Debate na UE

Se a consonância prevaleceu nos contactos entre Lisboa e Luanda, o mesmo não se passou no seio da União Europeia.

Segundo fontes diplomáticas em Lisboa, o Governo português foi obrigado a um es-

forço suplementar para assegurar a Luanda o papel de mediador da crise em São Tomé. As pressões em sentido contrário vieram sobretudo da França, que via com bons olhos uma presença do francofona Gabão nas negociações.

O Gabão era, a partida, um forte candidato à mediação, dadas as estreitas relações entre Miguel Trovoada e o Presidente Bongo. O exílio francês do actual Presidente saotomense também concorria para reforçar a ideia de uma mediação francofona para a crise.

De acordo com as mesmas fontes diplomáticas, o próprio Gabão — que a França chegou a apoiar formalmente para o papel de mediador do conflito — teria comprometido as suas aspirações, ao defender para a crise em São Tomé uma solução do tipo da que foi adoptada no Haiti.

Mesmo assim, Paris não desistiu da ideia, que, a concretizar-se, lhe poderia trazer dividendos políticos importantes para a expansão da área de influência francofona a São Tomé.

Decisiva terá sido a posição de Washington, que reagiu positivamente à iniciativa angolana e desfez as aspirações do Gabão e de Paris.

Uma consequência dessa escolha poderá ser a criação de uma força militar conjunta dos cinco PALOP para acompanhar a evolução da situação em São Tomé. O assunto esteve sobre a mesa dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos "cinco" que ontem iniciaram uma série de contactos em São Tomé, país que neste momento detém a coordenação desse grupo regional. ■ J.T.M.

IMPRESSO